

## **Legislação Ambiental**

### **1. Conceitos Básicos**

Uma correta apreensão dos mecanismos que envolvem a proteção ao meio ambiente exige, como em qualquer outro campo do conhecimento, uma uniformização dos conceitos básicos referentes à disciplina estudada.

Portanto, passa-se, neste momento, a algumas definições:

- **Natureza:** conjunto de coisas visíveis enquanto meio onde o ser humano vive. Note que, no conceito de natureza, não há vinculação humana e nem mesmo sua inserção. O homem permanece como um ser aparte;
- **Ecologia:** ciência que estuda a interação entre os seres entre si e, destes com o seu habitat;
- **Meio ambiente:** o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (conceito legal – art. 3º, I, da Lei 6.938/81). Assim, o meio ambiente consiste no todo. Para fins didáticos, há ainda a seguinte repartição:
  - ➔ **Meio-natural:** é a natureza com a inserção do ser humano (instinto);
  - ➔ **Meio-artificial:** meio no qual vivem as populações humanas (cultura);
  - ➔ **Meio ambiente do trabalho:** sua observação visa a melhoria do aspecto de vida através da melhoria do ambiente de trabalho.
- **Direito Ambiental:** ciência autônoma, com seus conceitos e princípios próprios, que tem como objetivo o estudo e a proteção ao meio ambiente;
- **Degradação da qualidade ambiental:** a alteração adversa das características do meio ambiente (art. 3º, II, Lei 6.938/81);
- **Poluição:** a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições

estéticas ou sanitárias do meio ambiente; lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos (art. 3º, III, Lei 6.938/81);

- poluidor: a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental (art. 3º, IV, Lei 6.938/81);
- recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora (art. 3º, V, Lei 6.938/81).

## **2. Princípios de proteção ao meio ambiente**

A proteção ambiental conta uma gama de princípios que visam o auxílio da interpretação de suas normas. Neste item, citam-se alguns deles com suas respectivas definições.

### **a) Princípio do acesso equitativo dos recursos naturais.**

É princípio basilar do qual decorrem os demais. O meio ambiente pertence a todos, sendo assegurado seu usufruto.

Existem duas correntes de aplicação do presente princípio:

- ecocentrismo: o acesso deve ser assegurado a todos os seres não apenas aos humanos. Embora venha ganhando força com o passar dos anos, não é a corrente mais adotada;
- antropocentrismo: o acesso refere-se exclusivamente à humanidade (mais aceita).

A garantia de acesso não deve se dar apenas em relação ao presente, mas, principalmente, para as gerações futuras.

### **b) Princípio do usuário-pagador ou poluidor-pagador.**

A contemplação (quando não há consumo, nem poluição), ainda que não tenha como consequência a poluição, constitui uso. Portanto, o usuário deve pagar para que possam cobertas as despesas (exemplo é a cobrança de taxas em parques). Do mesmo modo, o consumidor deve pagar (exemplo é a possibilidade de pagamento pelo uso da água). Certo que este pagamento

deve observar o princípio do acesso equitativo, já que todos têm acesso garantido aos recursos naturais.

O poluidor, por outro lado, atua de modo contrário ao interesse da coletividade, uma vez que se apropria de um bem comum a todos, em regra, lucrando com isso. Dessa forma, não pode a sociedade ser compelida a pagar pela ação do poluidor. Daí surge a necessidade de sanção contra o poluidor, que deve ressarcir a coletividade pelo dano causado. Cabe esclarecer que este é um princípio diferente daquele denominado “pagador-poluidor” (não existente no Brasil), no qual o indivíduo paga para adquirir o direito de poluir.

### **c) Princípio da precaução.**

Este princípio parte da premissa *in dubio pro natura* (na dúvida em favor da natureza). A realização de ato, fato ou produto, sem que se saiba sobre sua possibilidade de dano, deve ser suspensa até que se conheça os riscos. Portanto sua aplicação acontece antes do evento danoso.

'A' causará dano ao meio ambiente?

- × Não – pode-se fazer uso de 'A';
- × Sim – aplicação do princípio da prevenção;
- × Não sei – aplicação do princípio da precaução.

'A' é necessário? (essa pergunta deve ser respondida tendo como referência o âmbito local e, em um segundo momento, o âmbito planetário)

- × Sim – não aplicação do princípio da precaução, uma vez que o não uso de 'A' trará maiores danos.

### **d) Princípio da prevenção.**

Ocorre em momento posterior, no qual já existe ciência dos impactos. Assim, aplica-se a prevenção voltada para os danos observados.

Para uma aplicação eficaz do princípio da prevenção, é necessário:

- Conhecimento das espécies da área;
- Mapeamento do ecossistema;
- Plano de desenvolvimento;
- Estudo de impacto ambiental;
- Estabelecimento do empreendimento.

#### **e) Princípio da reparação.**

Tem aplicação após a ocorrência do dano. A reparação pode ocorrer de duas formas:

- *in natura*: uma equipe planta, na região, as espécies ali existentes. Pode ainda acontecer a reparação *in natura* em área diversa da que sofreu o impacto.

Exemplo: a urbanização do Bairro Buritis, em Belo Horizonte, teve como consequência, dano ambiental para a região. O Poder Público municipal, por sua vez, estabeleceu que a reparação se desse na região da Pampulha.

- *in pecunia*: há o pagamento de dinheiro que será revertido para o Fundo Nacional de Direitos Difusos ou Fundo Nacional do Meio Ambiente.

#### **f) Princípio da informação e da participação comunitária.**

Todo cidadão do mundo tem o direito de obter informações sobre o meio ambiente a fim de conscientização e sensibilização. As informações devem ser dispostas em tempo razoável para que a população possa a se manifestar (audiência pública).

#### **g) Princípio da natureza pública da proteção ambiental.**

Todos têm o poder de proteger e defender a natureza, assegurado constitucionalmente.

#### **h) Princípio do controle do poluidor pelo Poder Público.**

Ainda que a defesa do meio ambiente caiba a todos, o Estado, principalmente,

tem o dever de fazê-lo.

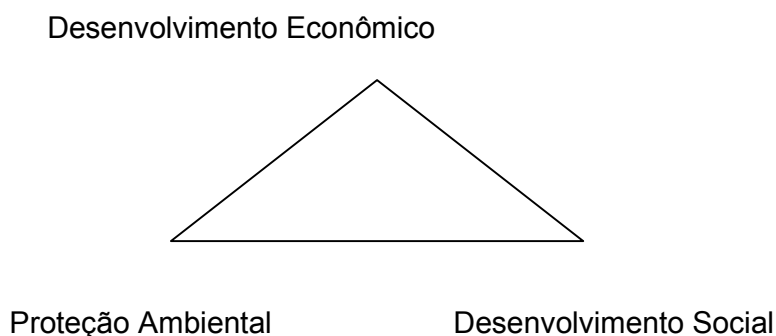
**i) Princípio da função socioambiental da propriedade privada.**

O direito à propriedade privada é garantido constitucionalmente. Contudo, este direito deve obedecer à função social. Não há mais direito ao abuso. Atualmente, não apenas a função social deve ser respeitada, mas a função socioambiental. Algumas áreas não podem ser utilizadas, salvo em caso de licença ambiental (autorização do Poder Público após o preenchimento de certos requisitos).

**j) Princípio da cooperação entre os povos (Conferência de Estocolmo).**

O meio ambiente não reconhece fronteiras. Logo, todos devem preservá-lo, sob pena de dano a toda a humanidade. Por isso, os povos precisam agir em cooperação.

**k) Princípio do desenvolvimento sustentável.**



Deve haver a conjugação dos três vértices da pirâmide para que exista o efetivo alcance do desenvolvimento sustentável.

### **3. Tutela constitucional do meio ambiente**

A Constituição da República de 1988 dedica, em seu título sobre a ordem social – que visa o bem-estar e justiça sociais – um capítulo inteiro ao meio ambiente. Segundo o art. 225 da CF/88, “todos têm direito ao meio ambiente

ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Esse artigo elevou o meio ambiente a coisa de todos e, como consequência, à categoria de direito difuso.

O dano ambiental, conforme disposição constitucional, traz responsabilização em três esferas jurídicas diversas (civil, administrativa e penal). No âmbito civil, essa responsabilização se dá de modo objetivo, ou seja, independe de culpa *lato sensu* (dolo ou culpa *stricto sensu*), seu fundamento encontra-se na ocorrência do dano. Demais disso, a repartição de competência, estabelecida na Constituição da República, fixa:

- Competência exclusiva – indelegável:
  - da União (art. 21, CF): instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso; instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico; explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições;
  - dos Municípios (art. 30, CF): legislar sobre assuntos de interesse local; promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;
  - dos Estados (art. 25, CF): tem competência em assuntos que não pertencerem à competência da União ou dos Municípios.
- Competência privativa (art. 22, CF) – delegável através de Lei Complementar: cabe à União legislar sobre águas, energia; jazidas,

minas, outros recursos minerais e metalurgia; atividades nucleares de qualquer natureza;

- Competência comum (art. 23, CF) – os entes federativos devem cooperar para o fim de: conservar o patrimônio público; proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; preservar as florestas, a fauna e a flora; registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
- Competência concorrente (art. 24, CR) – os entes tem competência para legislar sobre: florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

#### **4. POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

A Política Nacional do Meio Ambiente, instituída a partir de 1981, com a vigência da Lei 6.938, criou o SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente) e tem como objetivos a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida.

A atual estrutura é a sistematização daquela estabelecida pela Lei de Política Nacional do Meio Ambiente. Segundo esta, o SISNAMA é composto por:

- Conselho de Governo (órgão superior): com função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos

ambientais;

- Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA – (órgão consultivo e deliberativo): finalidade de assessorar, estudar e propor ao órgão superior, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar sobre normas e padrões compatíveis com o meio ecologicamente equilibrado;
- Secretaria do Meio Ambiente (órgão central): planeja, coordena, supervisiona e controla a política nacional e as diretrizes fixadas para o meio ambiente;
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – (órgão executor): execução da política e diretrizes fixadas para o meio ambiente;
- Órgãos Seccionais: órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar degradação ambiental;
- Órgãos Locais: órgãos e entidades municipais responsáveis pelo controle e fiscalização das atividades de proteção de modo localizado.

O Decreto 6.101/07 deu sistematização maior ao sistema de proteção ao meio ambiente, instituindo as competências dos componentes do SISNAMA, além de centralizar no Ministério do Meio Ambiente a gerência das políticas de proteção ambiental, continuando todo o SISNAMA vinculado ao Conselho de Governo.

## **5 INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

A Lei 6.938/81, que estabelece a política nacional do meio ambiente, prevê como instrumentos de realização da política nacional:

- Estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;
- Zoneamento Ambiental: instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos



hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população, com objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas;

- Avaliação de Impactos Ambientais: em regra se realizam através da elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA). Uma equipe multidisciplinar efetuará pesquisa em três cenários: ecossistema atual, ecossistema após impactos (positivos e negativos) causados pelo empreendimento, empreendimento com a mitigação dos impactos. Ao final, o relatório concluirá pela viabilidade ou não do empreendimento;
- Licenciamento e a Revisão de Atividades Efetiva ou Potencialmente Poluidoras. Conforme a dimensão do empreendimento (potencialidade de degradação), o Poder Público concede ao particular uma autorização, precária e discricionária (“ato de boa vontade”), ou uma licença, definitiva e vinculada, já que preenchidos os requisitos não há escolha da Administração, que fica obrigada o seu fornecimento;
- Incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para o melhoria da qualidade ambiental;
- A criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas;
- O Sistema Nacional sobre o Meio Ambiente e os cadastros técnicos federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental e de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras de recursos naturais;
- Penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental;
- Instituição do relatório anual de qualidade do meio ambiente;
- Concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental, dentre outros

instrumentos.

## **6. A PROTEÇÃO AMBIENTAL NA ESFERA MUNICIPAL**

Considerando a maior especialidade do município em questões ambientais, já que, por suas dimensões, tem chances de conhecer melhor o meio e suas características, a proteção ambiental em âmbito municipal é de extrema relevância.

O município de Belo Horizonte, por exemplo, através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, utiliza-se de alguns instrumentos para a realização de sua política de proteção ambiental, em conformidade com o SISNAMA.

### **a) Fiscalização.**

A fiscalização ambiental se dá no que diz respeito a danos à flora (corte e poda de árvores sem autorização e outros danos), atividades causadoras de qualquer tipo de poluição ambiental (no caso de um mesmo agente/instituição ser causador de mais de um tipo de poluição), agentes e atividades causadoras de poluição atmosférica, agentes e atividades causadoras de poluição hídrica, prestadores de serviços, atividades industriais, comerciais, recreativas e sociais causadoras de poluição sonora, veículos a diesel causadores de poluição atmosférica (fumaça).

### **b) Licenciamento ambiental.**

São previstas como necessárias a autorização ambiental para movimento de terra (aterro, desaterro, bota fora); autorização ambiental para funcionamento de serviços de construção civil em horário especial (todos os dias de 19:00 às 07:00 h, ou em qualquer horário, aos domingos e feriados); autorização, após análise técnica, para execução de poda, supressão ou transplântio de árvore em áreas de domínio privado ou em áreas públicas não municipais; autorização ambiental para utilização de explosivos e similares; autorização ambiental para utilização de fonte sonora móvel (carro de som), para atividades sindicais; recurso para supressão, poda e transplântio de árvore (contestação do parecer

técnico ou autorização referente aos serviços: "Autorização para Supressão, Poda e transplântio de Árvores em Área de Domínio Privado ou em Áreas Públicas Não Municipais", "Supressão, Poda e transplântio de Árvores em Áreas Públicas Municipais", "Plantio de Mudas de Árvores em Áreas Públicas Municipais" e "Vistoria Técnica de Plantio para Fins de baixa e Habite-se"); avaliação técnica para verificação da necessidade de execução de poda, supressão, ou transplântio, considerando a obrigação legal do Município de proteção à flora urbana, e execução, quando cabível, destes serviços; avaliação técnica para verificação da adequabilidade e correção de plantio de espécimes arbóreos em logradouros públicos, executado por exigência legal, para fins de baixa e habite-se, e concessão de parecer técnico atestando a regularidade deste.

#### **c) Áreas verdes.**

A legislação municipal prevê a implantação, revitalização e manutenção de áreas verdes, praças, parques, jardins públicos, canteiros centrais e rotatórias, em parceria com a Prefeitura; limpeza e recuperação de praças, áreas verdes e canteiros em vias públicas; avaliação técnica para verificação da possibilidade de plantio de espécimes arbóreos em logradouros públicos, executando-se tal serviço quando viável.

#### **d) Agroecologia urbana**

Desenvolvimento de diversas atividades junto a comunidades carentes nos Centros de Vivência Agroecológica - CEVAEs (espaço público comunitários) relacionadas à educação ambiental a qual engloba a segurança alimentar e saúde; agricultura urbana; capacitação e geração de renda, que contribuem para a melhoria da qualidade de vida.

#### **e) Educação ambiental**

Formação de agentes ambientais itinerantes (O curso busca formar agentes com uma visão abrangente e crítica acerca das questões ambientais, facilitando a compreensão dos temas ambientais desenvolvidos nas oficinas de

Educação Ambiental, sendo dividido em cinco módulos: água, flora/fauna, solo, conflitos ambientais urbanos, o ser humano e a cidade; além disso, desenvolve os temas: Agenda 21, Percepção Ambiental, Educação Ambiental, Aspectos Naturais de Belo Horizonte (hidrografia, fauna, flora, solo), Projetos de Recuperação Ambiental, Projetos desenvolvidos por Entidades do Terceiro Setor, Saneamento Ambiental e Tecnologias Ambientais Alternativas); cursos e oficinas dirigidos a professores e educadores em geral, que têm o objetivo de formar multiplicadores para o desenvolvimento de projetos de educação ambiental em escolas, ONGs e instituições públicas. Este curso é realizado durante o ano, exceto nos meses julho, dezembro e janeiro. Sua programação é específica para cada mês.

Para fins de educação ambiental, são realizadas excursões ambientais itinerantes com aulas de campo, estimulando a percepção ambiental através dos sentidos; cursos gratuitos de educação ambiental, com três horas de duração, realizados às terças-feiras pela manhã e às quintas-feiras à tarde, por equipe multidisciplinar; visitas orientadas a locais e instituições nas quais são desenvolvidas ações de relevância sócio-ambiental.

## **7. BREVES DESDOBRAMENTOS DECORRENTES DA PROTEÇÃO AMBIENTAL**

### **Aspectos Relevantes Sobre a Poluição**

Como já descrito anteriormente, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente conceitua poluição como sendo “a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

- a) Prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população;
- b) Criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) Afetem desfavoravelmente a biota;
- d) Afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
- e) Lancem matérias ou energias em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos”(art.3, III, da Lei n.6.938/81).

Trata-se de um conceito abrangente, incluindo a proteção do homem, do

patrimônio público e privado, do entretenimento, da flora e da fauna, do patrimônio cultural, artístico, arqueológico e natural e da qualidade de vida dos centros urbanos.

Registre-se, ademais, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possuem competência comum (administrativa) para a proteção ao meio ambiente e combate à poluição em qualquer de suas formas (art.23,VI, da CF). Também possuem competência concorrente (legislativa) para o controle da poluição (arts. 24, VI, e 30, I, da CF).

### **Espécies de Poluição**

A poluição se divide em várias espécies, ou seja:

- a) poluição atmosférica;
- b) poluição hídrica;
- c) poluição do solo;
- d) poluição sonora;
- e) poluição visual.

### **Poluição Atmosférica**

A poluição atmosférica se dá de dois modos: pelo aumento da concentração de certos gases na atmosfera ou pela emissão de substâncias estranhas. A poluição atmosférica tem como consequências mais graves a inversão térmica, a chuva ácida e o aumento dos gases de efeito estufa.

### **Poluição Hídrica**

A escassez da água demonstra que se trata de um recurso natural limitado. Comparado com a situação planetária, verifica-se que o Brasil encontra-se em posição, de certo modo, mais confortável.

A Conferência Internacional sobre Água e Desenvolvimento Sustentável, realizada em Paris, em 1998, constatou que  $\frac{1}{4}$  (um quarto) da população

mundial não tem acesso a água potável e mais de 50% da população mundial carece de saneamento básico (esgoto). Além disso, a baixa qualidade da água e a falta de higiene figuram entre as principais causas de enfermidades e morte. Calcula-se que 33% (trinta e três por cento) dos óbitos são causados por problemas relacionados com a qualidade dos recursos hídricos nos países em desenvolvimento.

De acordo com o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil, compete à União definir os critérios de outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos (art.21, XIX, da CF).

A outorga é o consentimento; a concessão, a aprovação. Assim, para a outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos, faz-se necessário o consentimento do Poder Executivo Federal (art. 29, II, da Lei n.9.433/97) e dos Poderes Executivos Estaduais e do Distrito Federal (art.30, I, da Lei n.9.433/97).

### **Política Nacional dos Recursos Hídricos**

A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos (art.1º, da Lei 9.433/97):

- A água é um bem de domínio público;
- A água é recurso natural limitado, dotado de valor econômico;
- Em situação de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;
- A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;
- A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

### **Poluição do Solo**

A poluição do solo é causada por resíduos sólidos, rejeitos perigosos, agrotóxicos, pela queimada ou mineração. A disposição inadequada dos resíduos sólidos (lixo doméstico, industrial, hospitalar ou nuclear) pode causar danos ao solo, ao subsolo, ao ar atmosférico, às águas subterrâneas e superficiais, à flora, à fauna e à saúde humana. O mau uso de agrotóxicos e de rejeitos perigosos pode também contaminar o solo e os cursos de águas ribeirinhas.

A Política Nacional de Meio Ambiente define poluição do solo como sendo a degradação da qualidade resultante de atividade que direta ou indiretamente lance matérias ou energias no solo em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos, ou seja, a poluição por resíduos sólidos é aquela causada pelas “descargas de materiais sólidos, incluindo resíduos sólidos de materiais provenientes de operações industriais, comerciais e agrícolas e de atividades da comunidade, mas não inclui materiais sólidos ou dissolvidos nos esgotos domésticos ou outros significativos poluentes existentes nos recursos hídricos, tais como a lama, recursos sólidos dissolvidos ou suspensos na água, encontrados nos efluentes industriais, e materiais dissolvidos nas correntes de irrigação ou outros poluentes comuns da água.

Em outras palavras, resíduos sólidos são os lixos e os refugos despejados em locais inapropriados.

Consideram-se como componentes de resíduos sólidos urbanos:

- Domiciliar (residenciais, feiras livres e mercados, comerciais etc.);
- Hospitalar (hospitais, clínicas, casa de detenção, aeroportos, medicamentos vencidos etc.);
- Variação de logradouros públicos;
- Outros (limpeza de lixeiras e de bueiros, podas de árvores, corpos de animais, documentos, terra, entulhos, etc.);
- Terceiros (resíduos industriais não tóxicos ou perigosos – classe II e III).

### **Destino dos Resíduos Sólidos**

O destino dos resíduos sólidos é uma questão de saúde pública. Compete à engenharia sanitária estabelecer critérios adequados para o destino desses resíduos. As mais conhecidas formas de disposição dos resíduos sólidos são:

- Depósito a céu aberto; depósito em aterro sanitário; usina de compostagem; usina de reciclagem; usina de incineração.

### **Poluição Sonora**

Poluição sonora é a degradação da qualidade ambiental resultante de atividade que direta ou indiretamente lance matéria ou energia, em forma de som, em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos, prejudicando a saúde e o bem estar da comunidade.

Nos dias atuais, o grande desafio nos centros urbanos é o controle da poluição sonora. Muitas casas noturnas são instaladas em áreas residenciais, causando transtornos à vizinhança e à população que por ali transita. Inúmeros veículos rodam pelas vias públicas sem condições mínimas de segurança e com os escapamentos inadequados, causando poluição atmosférica e sonora.

As atividades industriais e comerciais também podem causar incômodos, bem como as entidades religiosas que, nos seus cultos, emitirem ruídos acima dos limites permitidos pela legislação.

Eletrodomésticos podem causar incômodos e prejuízos ao aparelho auditivo das donas de casa se tais aparelhos emitirem ruídos dos limites admissíveis e em desacordo com os padrões legais etc.

### **Poluição Visual**

A poluição visual passou a ser uma das preocupações do Poder Público. Essa poluição ocorre nos centros urbanos e rurais. Sua maior incidência se dá nos centros urbanos em decorrência da excessiva e inadequada publicidade dos



mais variados tipos.

É o comércio de produtos ou serviços atuando através dos anúncios dos seus produtos ou serviços, atuando através dos anúncios de seus produtos por meio de outdoors, cartazes, painéis eletrônicos, fachadas de néon, distribuição de prospectos nos faróis etc. Tais anúncios e cartazes também são, muitas vezes, colocados ao longo das rodovias e estradas, cobrindo, inclusive, as paisagens naturais localizadas nos meios rurais.

A poluição visual pode ser conceituada como sendo a degradação ambiental resultante das atividades comerciais e sociais que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança, e bem estar da comunidade ou afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente.

## **8. PATRIMÔNIO GENÉTICO**

Patrimônio genético é o conjunto de seres vivos que habitam o planeta Terra, incluindo os seres humanos, os animais, os vegetais e os microrganismos. A variedade dos organismos vivos é que permite a manutenção da vida do planeta. A interação existente (de modo adequado) entre os diversos organismos vivos (elementos animados e inanimados) é a responsável pela constituição de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

## **ASPECTOS RELEVANTES DA LEI 9.605/98**

### **A tutela administrativa do meio ambiente**

Como já descrito anteriormente, a Constituição da República garante a proteção ambiental nas esferas civil, administrativa e penal de modo independente. A esfera cível preocupa-se principalmente com a reparação do dano e, lecionado, trabalha, em regra, com a responsabilidade objetiva (independe de culpa).

A infração administrativa ocorre, basicamente, quando não há a devida licença

para a prática da intervenção no meio ambiente ou quando as condicionantes impostas para sua concessão e manutenção não são cumpridas. Na dicção legal, a infração administrativa consiste em toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente (art. 70, Lei 9.605/98).

São sanções administrativas previstas pela legislação:

- advertência;
- multa simples;
- multa diária;
- apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;
- destruição ou inutilização do produto;
- suspensão de venda e fabricação do produto;
- embargo de obra ou atividade;
- demolição de obra;
- suspensão parcial ou total de atividades;
- restritiva de direitos: suspensão de registro, licença ou autorização; cancelamento de registro, licença ou autorização; perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais; perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito; proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.

Como já deve ter sido observado, a proteção ambiental tem principalmente bases educacionais, ou seja, a preservação do meio conta essencialmente com a educação e conscientização da população para sua efetivação. Neste contexto, a primeira finalidade da sanção administrativa é a educação. A função de sancionar, propriamente dita, é secundária, agindo apenas na falha daquela primeira.

### **A tutela Penal do Meio Ambiente**

Sabido que o crime constitui-se em um fato típico ilícito e culpável, a Lei 9.605/98 traz em seus artigos as condutas penalmente sancionadas quando praticadas contra o meio ambiente. A previsão constitucional das pessoas jurídicas como agressoras do meio ambiente (art. 225, § 3º, CF) autorizou (embora haja discussão doutrinária) a colocação daquelas como sujeitos ativos de delitos ambientais.

Assim, o artigo 3º da Lei 9.605/98 dispõe que “as pessoas jurídicas **serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente** conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade” (grifei).

Observe que a responsabilidade penal da pessoa jurídica restou condicionada por dois requisitos: a ação deve ser ordenada pela direção da empresa (pelo órgão ou indivíduo com poderes decisórios) e a pessoa jurídica deve ser beneficiada pela ação praticada.

Às pessoas jurídicas são aplicáveis as sanções penais de multa, restritivas de direitos (suspensão parcial ou total de atividades; interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações) e prestação de serviços à comunidade (custeio de programas e de projetos ambientais; execução de obras de recuperação de áreas degradadas; manutenção de espaços públicos; contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas).

No caso dos crimes ambientais, pela existência de legislação especial, a utilização dos Códigos Penal e de Processo Penal se dá apenas de forma subsidiária. Assim, a aplicação das penas precisa observar os seguintes requisitos:

- a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;
- os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de

interesse ambiental;

- a situação econômica do infrator, no caso de multa.

Outra especificidade da legislação ambiental é o rol de atenuantes que prevê: baixo grau de instrução ou escolaridade do agente; arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental causada; comunicação prévia pelo agente do perigo iminente de degradação ambiental; colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental.

Os crimes contra o meio ambiente têm ação de natureza pública incondicionada, ou seja, são promovidas pelo Ministério Público sem a necessidade de representação ou requisição de quem quer que seja.

São aplicáveis aos delitos ambientais os institutos da transação penal e da suspensão condicional do processo, previstos, respectivamente, nos arts. 76 e 89 da Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais), quando se tratarem de infrações penais de menor potencial ofensivo. As condutas típicas são previstas nos arts. 29 a 69-A, da Lei 9.605/98, havendo previsão inclusive de delitos contra o meio ambiente artificial.

## **9. MEIO AMBIENTE ARTIFICIAL: APONTAMENTOS SOBRE URBANIZAÇÃO**

Meio ambiente artificial é aquele construído pelo homem. É a ocupação gradativa dos espaços naturais, transformando-os em espaços urbanos artificiais. Essa construção pelo homem pode dar-se em espaços abertos ou fechados. Denominam-se espaço urbano fechado os edifícios, casas, clubes, etc. E espaço urbano aberto, as praças, avenidas, ruas, etc.

A ocupação desses espaços urbanos pelo homem tornou-se complexa com o grande número de pessoas, necessitando de regulamentação para disciplinar a aplicação de uma política pública urbana. Esses espaços urbanos são constituídos por regiões metropolitanas, aglomerações urbanas ou

microrregiões, formadas por agrupamentos de Municípios limítrofes, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. O Direito Urbanístico consiste no conjunto de normas organizadoras dos municípios em todos os âmbitos.

A palavra urbanismo originou-se do latim *urbs*, que pode ser traduzido como 'cidade' ou 'habitantes de uma cidade'. Foi com o crescimento das cidades que a urbanização se desenvolveu, tornando necessário o estabelecimento de regras disciplinadoras e delimitadoras dos espaços habitáveis e não habitáveis.

Vê-se, pois, que os Municípios têm à sua disposição muitos instrumentos para a proteção do meio ambiente, incluindo, no caso da arborização, por exemplo, um programa contínuo de plantação de mudas.

### **Tratamento Constitucional Dado Ao Meio Urbano**

Na esfera municipal, compete aos municípios promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano (art. 30, VIII, da CF). Compete ainda aos municípios elaborar o plano da política de desenvolvimento urbano com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes (art.182, *caput*, da CF).

O cumprimento da função social da propriedade urbana, constitucionalmente previsto, se dá quando há o atendimento das exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas (art. 39, da Lei 10.257/01 – Estatuto da Cidade).

A Constituição ainda concede aos Estados a atribuição de criar regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum (art. 25, §

3º, CF).

### **Plano Diretor**

A política de desenvolvimento urbano é traçada pelo plano diretor, que vai dizer para onde a cidade deve crescer e se desenvolver. A partir dele é que se estabelecerão as diretrizes do uso e da ocupação do solo urbano.

Com base nesse plano surgirá um novo Código de Edificações, estipulando normas rígidas e racionais do uso e ocupação do solo urbano, com preponderância da proteção aos recursos naturais em nome do bem-estar da população. Sem ele, a cidade crescerá desordenadamente. É através do plano diretor que se estabelecerão também os critérios para o zoneamento urbano com a consequente delimitação das áreas industriais, comerciais e residenciais. O plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, sendo o mesmo obrigatório para os Municípios com mais de vinte mil habitantes.

### **Estatuto da Cidade: Lei 10.257/01**

O Estatuto da Cidade tem o fim de regulamentar os art. 182 e 183 da Constituição da República (que trata da política urbana), ou seja, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (art. 1º, parágrafo único). São diretrizes da política urbana, estabelecidas no Estatuto da Cidade:

- Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e

projetos de desenvolvimento urbano;

- Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
- Planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
- Oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;
- Ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: a utilização inadequada dos imóveis urbanos; a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes; o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana; a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente; a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; a deterioração das áreas urbanizadas; a poluição e a degradação ambiental;
- Integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;
- Adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência;
- Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
- Adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento

urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;

- Recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;
- Proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;
- Audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;
- Regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;
- Simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;
- Isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.

O Estatuto da Cidade, seguindo a repartição de competências estabelecidas pela Constituição da República, fixa como competência da União legislar sobre normas gerais de natureza urbanística, sobre normas de cooperação entre os entes da Federação, visando equilíbrio do desenvolvimento e bem-estar coletivo, promoção de programas de habitação e saneamento básico, instituição de diretrizes para o desenvolvimento urbano e elaboração de planos nacionais para o desenvolvimento socioeconômico.

Note que a competência da União versa, em regra, a normatização geral, uma vez que, cabe aos Estados atuar no que diz respeito ao interesse regional e



aos Municípios em relação a tudo que for local. Para a realização da política urbana nacional, o Estatuto da Cidade, com fundamentos na proteção ao meio ambiente, utiliza os seguintes instrumentos:

- Planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;
- Planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;
- Planejamento municipal, em especial: plano diretor; disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo; zoneamento ambiental; plano plurianual; diretrizes orçamentárias e orçamento anual; gestão orçamentária participativa; planos, programas e projetos setoriais; planos de desenvolvimento econômico e social;
- Institutos tributários e financeiros: imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU; contribuição de melhoria; incentivos e benefícios fiscais e financeiros;
- Institutos jurídicos e políticos: desapropriação; servidão administrativa; limitações administrativas; tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano; instituição de unidades de conservação; instituição de zonas especiais de interesse social; concessão de direito real de uso; concessão de uso especial para fins de moradia; parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; usucapião especial de imóvel urbano; direito de superfície; direito de preempção; outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso; transferência do direito de construir; operações urbanas consorciadas; regularização fundiária; assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos; referendo popular e plebiscito;
- Estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).

Ademais, o Estatuto da Cidade fixa normas gerais para o parcelamento de solo, IPTU progressivo, desapropriação, usucapião especial urbano, direito de superfície, direito de preempção (previsão de preferência da Administração Pública Municipal para a aquisição de imóvel urbano), estudo do impacto de

vizinhança (EIV), dentre outros.

De acordo com o Estatuto da Cidade, o plano diretor, que será aprovado pela Câmara Municipal, deverá ser revisto a cada 10 (dez) anos e sua elaboração precisa ser antecedida de: audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade; publicidade quanto aos documentos e informações produzidos; acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos (art. 40, § 4º) .

### **Parcelamento do Solo Urbano**

O parcelamento do solo urbano tem por finalidade disciplinar a ocupação das áreas urbanas, a fim de dar cumprimento às funções sociais da cidade, ordenando adequadamente os espaços de ocupação, de lazer e as áreas verdes.

Assim, o parcelamento do solo urbano poderá ser feito através do loteamento ou do desmembramento, respeitando-se as normas estaduais e municipais (art.2º, da Lei nº. 6.766/99).

O loteamento consiste na subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

O desmembramento, por sua vez, consiste na subdivisão de gleba em lotes destinados, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique, a abertura de novas vias e logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

### **Arborização Urbana**

Arborização é o ato ou efeito de plantar ou guarnecer de árvores; é um conjunto de árvores plantadas. Dessa forma, a arborização urbana integra o meio ambiente natural, que, por sua vez, faz parte do patrimônio natural.

A arborização exerce um papel importante para a qualidade de vida do homem que vive nos centros urbanos. Uma cidade, uma avenida, uma rua, uma praça arborizadas tornam o lugar mais agradável. As árvores ali plantadas trazem vários benefícios, por exemplo, sombreamento, purificação do ar, estética da paisagem, atraem pássaros e atenuam a poluição sonora. Tudo isso faz com que a qualidade de vida do ser humano melhore consideravelmente.